

TECNOLOGIA TENDENCIOSA

Por FERNANDO FRANCO

Vivemos em uma sociedade em que algoritmos influenciam decisões cruciais: desde quem consegue um empréstimo bancário até quem é selecionado para uma vaga de emprego. Por trás dessas complexas fórmulas matemáticas, no entanto, escondem-se dilemas éticos graves. Os algoritmos não são neutros, são reflexos das escolhas do ser humano e dos grupos dominantes.

Um dos aspectos mais preocupantes é a criação de algoritmos que reforçam ou agravam discriminações raciais. Isso ocorre porque os algoritmos são treinados a partir de dados históricos, se esses dados contêm preconceitos sociais, o algoritmo tende a reproduzi-los. Exemplo clássico: sistemas de reconhecimento facial falham com mais frequência ao identificar pessoas negras, levando a injustas detenções e discriminações institucionais.

Afinal, quem é o culpado por esses algoritmos tendenciosos? A responsabilidade deve recair sobre os desenvolvedores? A responsabilidade se estende também às empresas e instituições que priorizam eficiência e lucro em detrimento da justiça social. Ignorar os vieses raciais durante a criação de um algoritmo é um ato de negligência.

Por trás de qualquer ferramenta tecnológica, existem escolhas políticas implícitas. Quem decide como um algoritmo funciona? Quem tem acesso aos dados que o alimentam? Essas perguntas revelam uma situação em que os criadores de algoritmos e as corporações tecnológicas possuem um poder desproporcional.

As escolhas políticas por trás da criação de algoritmos frequentemente favorecem grupos privilegiados. Empresas de tecnologia, dominadas por uma elite, tomam decisões que impactam milhões sem consultar comunidades marginalizadas. Consequentemente, algoritmos

acabam por perpetuar desigualdades sociais sob a ilusão de "imparcialidade matemática".

Diante desse cenário, é imperativo exigir transparência, responsabilidade e regulação na criação de algoritmos. Desenvolvedores devem adotar princípios éticos claros, e empresas devem ser responsabilizadas por algoritmos prejudiciais. Além disso, é preciso democratizar a tomada de decisões tecnológicas, garantindo a participação de grupos diversos e historicamente excluídos.

Os algoritmos podem ser ferramentas de progresso, mas somente se refletirem um compromisso com a justiça e a equidade. A tecnologia não é neutra, e não podemos continuar tratando-a como se fosse.

DESINFORMAÇÃO DIGITAL

Por FERNANDO FRANCO

Na era da informação, o volume de conteúdo compartilhado em redes sociais cresce exponencialmente, e com ele, a desinformação. Este fenômeno exige soluções tecnológicas para garantir que o público tenha acesso a dados precisos pois não é mais possível checar a grande quantidade de informações utilizando apenas a mão de obra humana.

A desinformação assume diversas formas, incluindo:

Contexto errado: Conteúdos verdadeiros são apresentados fora de seu contexto original, gerando interpretações enganosas.

Manipulação: Imagens, vídeos ou áudios são alterados para criar uma falsa realidade.

Atuação deliberada: Agentes mal-intencionados criam narrativas falsas para atingir objetivos específicos, como influenciar eleições ou polarizar debates.

Ferramentas baseadas em inteligência artificial analisam grandes volumes

de dados em tempo real para identificar padrões de disseminação de informações falsas. Por exemplo, para encontrar o contexto real das informações supondo a utilização em contexto alterados.

Na área da saúde, a desinformação já é utilizada a muito tempo para a venda de remédios e tratamentos milagrosos, além disso, a desinformação também atrapalha na vacinação efetiva da população fazendo com que doenças previamente erradicadas, como o sarampo e a poliomielite no Brasil, voltem a ativa. Contudo, durante a pandemia de COVID-19 esse problema se tornou ainda maior, criaram muitas narrativas sobre remédios efetivos e dados alarmistas falsos. Isso não apenas confundiu a população, mas também comprometeu o combate eficaz à doença.

Assim, é de extrema importância o trabalho realizado pelas organizações de checagens de fatos, como o Estadão no Brasil, por conta da grande quantidade de desinformação.

POVOS ORIGINÁRIOS E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS: UM NOVO ESPAÇO DE PROTAGONISMO

Por LUCAS AZEVEDO

As transformações tecnológicas tem afetado a maneira como povos indígenas se conectam, lutam por seus direitos e preservam sua cultura no Brasil e no mundo. Durante séculos, povos originários tem tido suas vozes silenciadas ou distorcidas, porém as ferramentas digitais se apresentam como uma forma para aumentar seu protagonismo e empoderar suas identidades.

Comunidades digitais, vídeos e plataformas de informações são ferramentas que tem auxiliado lideranças indígenas a compartilhar suas culturas e denunciar

violações de seus direitos. Um exemplo pode ser observado na atuação de jovens indígenas, como a ativista Txai Suruí, que utiliza da internet para divulgar pautas ambientais e desafios que essas comunidades enfrentam.

Ademais, iniciativas de inclusão tecnológica são grandes aliados para a digitalização de tradições, preservação de idiomas e compartilhamento de conhecimentos. Entretanto, a acessibilidade a internet de forma desigual tem se mostrado um grande desafio, sobretudo em territórios isolados, que apresentam menos infraestrutura.

Tecnologias digitais não se sobrepõem as lutas do mundo real, porém atuam como poderosas ferramentas no combate a preservação cultural e direitos. Quando um povo originário se apropria dessas ferramentas, eles constroem pontes entre suas culturas e a sociedade global. Dessa forma, devemos sempre estar atentos e apoiar essas iniciativas a fim de garantir o direito a comunicação digital, tendo em vista que esse direito é fundamental na busca pelo respeito a diversidade e a justiça social.

SOFTWARE LIVRE X SOFTWARE PROPRIETÁRIO: TECNOLOGIA E LIBERDADE EM DISPUTA

Por LUCAS AZEVEDO

No debate entre software livre e software proprietário, a escolha vai muito além da funcionalidade. Trata-se de uma decisão sobre valores: liberdade, transparência e controle coletivo versus restrição, dependência e lucro centralizado. Enquanto o software proprietário mantém seus códigos fechados e limita o uso, o software livre oferece autonomia ao usuário, permitindo acesso ao código-fonte e a liberdade de estudar, modificar e compartilhar.

Aurélio Heckert, um dos principais defensores do movimento de software livre no Brasil, destaca que a essência dessa abordagem está na soberania tecnológica. Ao optar por software livre,

indivíduos, empresas e governos reduzem a dependência de grandes corporações. Heckert argumenta que essa escolha não é apenas técnica, mas também política: trata-se de garantir que o conhecimento tecnológico seja acessível a todos e não concentrado nas mãos de poucos.

Por outro lado, o modelo proprietário muitas vezes é defendido por sua suposta superioridade em suporte técnico, inovação e integração. No entanto, essa visão ignora os impactos de longo prazo: altos custos, falta de controle sobre os dados e obsolescência programada, que beneficia apenas os fabricantes. Além disso, grandes tecnologias de hoje são software livre, o que de certa forma contradiz os pontos negativos descritos acima.

A questão não é apenas técnica ou econômica, mas ético social. O software livre promove a colaboração e o empoderamento das comunidades, enquanto o proprietário reforça as barreiras de acesso e a dependência. Seguir o caminho do software livre, como defendido por Aurélio Heckert, é uma escolha alinhada à construção de um futuro mais justo, onde a tecnologia seja uma ferramenta de liberdade, e não de controle. Porém é importante salientar que não necessariamente apenas o código detém o poder das tecnologia.

ÉTICA HACKER: TECNOLOGIA A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Por LUCAS AZEVEDO

O termo "hacker" é comumente associado a criminosos digitais e invasores de sistemas. No entanto, não somente essa associação é errônea como também pode ser contrária, visto que existe uma parte da comunidade hacker que segue a ética hacker, isto é, uma filosofia baseada no compartilhamento de conhecimento, na transparência e na luta contra o abuso de poder. uma visão que questiona sistemas opressivos e promove que a tecnologia seja utilizada para o bem comum.

Dentre os princípios da ética hacker estão: liberdade, descentralização e criatividade. Hackers éticos desafiam normas fechadas e monopolizadas, buscando

tornar o mundo digital mais acessível, seguro e justo.

No entanto, essa ética também carrega responsabilidades. O acesso ao conhecimento e o poder de manipular sistemas exigem um compromisso com a integridade. É essencial respeitar a privacidade e proteger dados sensíveis, especialmente em um mundo onde governos e corporações abusam da tecnologia para vigiar e manipular cidadãos.

Mais do que um conjunto de habilidades técnicas, a ética hacker é uma postura política e social que defende o uso da tecnologia como uma ferramenta de emancipação. Hackers éticos nos lembram que a verdadeira revolução digital acontece quando a inovação tecnológica está alinhada aos valores humanos de justiça, equidade e liberdade.